

CRITÉRIO REMOÇÃO

PROVA 03

REGISTROS PÚBLICOS, NOTAS E PROTESTO

01. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) o atendimento ao público dos serviços notariais e de registro será, no mínimo, de quatro horas diárias.
- (B) os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- (C) os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- (D) notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado, por período determinado, o exercício da atividade notarial e de registro.

02. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) é autorizada a exigência de testemunhas em razão de o ato envolver pessoa com deficiência.
- (B) aos tabeliães de notas compete com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os particulares; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
- (C) aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo; autenticar fatos.
- (D) é facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, mesmo que acarrete ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

03. De acordo com a Lei Federal nº 8.935/1994, é correto afirmar:

- (A) os tabeliães de notas estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio com órgãos públicos, entidades e empresas interessadas, respeitados os requisitos de forma previstos na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- (B) no ato eletrônico, o tabelião de notas pode se valer de assinatura simples para subscrever.
- (C) é livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio, exceto no caso de lavratura de escritura de inventário.
- (D) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

04. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) o titular do serviço notarial e de registro deverá indicar, no máximo, dois substitutos, os quais poderão praticar, simultaneamente com o titular, todos os atos da serventia.
- (B) dentre os substitutos indicados pelo titular, dois deles serão designados para responder pela serventia, os quais agirão concomitante e conjuntamente nas ausências e impedimentos do titular.
- (C) os contratos de trabalho serão celebrados livremente entre os titulares dos serviços notariais e de registro com os seus prepostos, descabendo ao Juiz Corregedor Permanente sua homologação, bastando àqueles o dever de comunicar o nome do empregado e sua qualificação.

- (D) os atos praticados pelos auxiliares dos serviços notariais e de registro são de responsabilidade do Estado e subsidiariamente do titular.

05. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) os Serviços Notariais e de Registros devem possuir telefone, com a denominação do Serviço e o nome do titular, e garantir, permanentemente, meios para contato direto com os responsáveis e prepostos de forma imediata. Sempre que houver mudança no endereço ou no número do telefone ou de meios de contato do Serviço, o fato deve ser comunicado à Corregedoria-Geral da Justiça e à Direção do Foro local.
- (B) incumbe aos notários e oficiais de registro praticar, desde que com autorização do Juiz Corregedor Permanente, todos os atos necessários à organização e execução dos serviços, ficando responsáveis pela manutenção dos sistemas informatizados.
- (C) a comprovação, pelo notário ou registrador, de regularidade de sua situação em relação às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias é condição para expedição do ato de aposentadoria, mas não para a renúncia à delegação.
- (D) o ingresso na atividade notarial e de registro dá-se por delegação do Poder Executivo, através de concurso público realizado na forma da lei.

06. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato da designação, para que o responsável interino negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
- (B) as Serventias Extrajudiciais estão desobrigadas de darem visibilidade à integração de seus atos normativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).
- (C) fica estabelecido o prazo de sessenta dias, a partir do ato de delegação, para que o titular dos serviços notariais e de registro negocie com o proprietário dos demais bens e direitos a transferência ou a substituição daqueles que entender necessários para a transição e a continuidade da prestação do serviço de forma adequada.
- (D) o notário e o registrador têm o dever de transmitir ao seu sucessor os livros, papéis, registros, banco de dados e programas de informática instalados, bem como a senha e dados necessários ao acesso de tais programas, garantindo a continuidade da prestação do serviço de forma adequada e sem interrupção.

07. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) os notários e registradores têm direito à percepção dos emolumentos, fixados no Código de Custas e Emolumentos do Estado de Alagoas, pelos atos praticados, os quais serão pagos pelo interessado na forma da lei, exceto quando constar expressamente a dispensa em mandado ou certidão judicial, em razão do deferimento da Assistência Judiciária Gratuita.
- (B) é permitida a cobrança de valores do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registras e notariais.
- (C) em nenhuma hipótese haverá isenção dos emolumentos pelos atos que os notários e registradores praticarem.
- (D) em relação ao direito do interessado à isenção dos emolumentos, os notários e registradores, após verificação da existência, no título judicial, de menção à condição de beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, solicitarão autorização ao Juiz competente para que seja concedida a gratuidade do ato notarial e/ou registral em questão.

08. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins do Provimento, considera-se assinatura digital um resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave pública e que pode ser verificado com o uso de chave privada, cujo certificado seja conforme a Medida Provisória nº 2.200-2/2001 ou qualquer outra tecnologia autorizada pela lei.
- (B) O Provimento estabelece normas gerais sobre a prática de atos notariais eletrônicos em todos os tabelionatos de notas do país.
- (C) Para fins do Provimento, considera-se assinatura eletrônica notariada qualquer forma de verificação de autoria, integridade e autenticidade de um documento eletrônico realizada por um notário, ou registrador, atribuindo fé

pública.

- (D) Para fins do Provimento, considera-se certificado digital notarizado a identidade digital de uma pessoa física ou jurídica, identificada presencialmente por um notário ou registrador a quem se atribui fé pública.

09. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins do Provimento, considera-se ato notarial eletrônico um ato realizado pelo notário para verificação da livre manifestação da vontade das partes em relação ao ato notarial lavrado.
- (B) Para fins do Provimento, considera-se documento físico a peça escrita, exclusivamente, em suporte papel que ofereça prova sobre um ato, fato ou negócio.
- (C) Para fins do Provimento, considera-se videoconferência notarial um ato realizado pelo notário, que ofereça prova ou informação sobre um ato, fato ou negócio.
- (D) Para fins do Provimento, considera-se biometria: dado ou conjunto de informações biológicas de uma pessoa, que possibilita ao tabelião confirmar a identidade e a sua presença, em ato notarial ou autenticação em ato particular.

10. Segundo o Provimento nº 100/2020, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, implantar, em âmbito nacional, um sistema flexível e não padronizado de elaboração de atos notariais eletrônicos, possibilitando a solicitação de atos, certidões e a realização de convênios com interessados.
- (B) Com o Provimento foi instituído o Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, e-Notariado, disponibilizado na internet pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, dotado de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.
- (C) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, delegar ao Poder Judiciário Estadual a obrigação de aprimorar tecnologias e processos para viabilizar o serviço notarial em meio eletrônico.
- (D) É objetivo do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos, dentre outros, interligar os notários e registradores, permitindo a prática de atos notariais eletrônicos, o intercâmbio de documentos e o tráfego de informações e dados.

11. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta a respeito do reconhecimento de firma e a respeito da ficha-padrão.

- (A) O reconhecimento de firma somente poderá ser feito em documento escrito em língua portuguesa, vedado o reconhecimento em documento redigido em idioma estrangeiro.
- (B) A pedido expresso e formal da parte, o tabelião de notas poderá datar retroativamente o ato de reconhecimento de firma, desde que o pedido formalizado da parte fique arquivado na serventia.
- (C) O registro de firmas, para fins de reconhecimento, far-se-á através de fichas, e os tabeliões de notas poderão extrair, a expensas dos interessados, cópia reprográfica do documento de identidade apresentado para preenchimento da ficha-padrão e aquelas serão devidamente arquivadas, a fim de possibilitar os atos de comparar e verificar.
- (D) Para a abertura da ficha-padrão, os tabeliões de notas deverão exigir, obrigatoriamente, apresentação de certidão de nascimento e/ou casamento atualizada de 30 dias para se comprovar o estado civil.

12. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre os atos passíveis de serem realizados pelos tabeliões de notas, assinale alternativa correta.

- (A) Compete ao tabelião de notas e ao tabelião de protesto lavrar atas notariais.
- (B) Compete ao tabelião de notas, dentre outros, autenticar fatos por certificação digital, reconhecimento de firma digital impressa, reconhecimento de servidor, reconhecimento de página eletrônica segura, registro de assinatura eletrônica, registro e reconhecimento de chancela mecânica ou eletrônica.
- (C) É vedado aos tabeliões de notas realizar gestões e diligências convenientes ao preparo dos atos notariais, sendo, contudo, autorizadas as gestões e diligências necessárias.
- (D) Compete ao tabelião de notas, se autorizado por portaria específica do órgão correcional, efetuar a autenticação eletrônica ou decorrente de qualquer meio digital e/ou de sistema de computação e de microfilmagem.

13. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), é correto afirmar:

- (A) é vedada a adoção de livros de folhas soltas para testamento.
- (B) a Consolidação Normativa Notarial e Registral – CNNR constitui-se em livro facultativo da serventia de notas.
- (C) para lavratura dos atos, o tabelião de notas poderá adotar livro de folhas soltas ou livro tradicional, sendo vedada a utilização de ambos simultaneamente.
- (D) os Livros de Contratos, Hipotecas e Quitações, Compra e Venda, Transmissões, Procurações, Registro de Procurações, Autorizações Judiciais e documentos de representação legais e Ata notarial poderão ser desdobrados em séries, até o máximo necessário estipulado pelo tabelião, para uso simultâneo, aditando-se ao respectivo número as letras iniciais do alfabeto.

14. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), em relação ao combate à lavagem de dinheiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal é auxiliador da Corregedoria-Geral da Justiça, como órgão de supervisão auxiliar, na organização e orientação dos notários, que divulgará instruções técnicas complementares para o devido cumprimento pelos tabeliões de notas.
- (B) Nos atos notariais que praticar, o tabelião de notas poderá, a seu critério, qualificar a parte comparecente nos exatos termos do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.
- (C) A Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas criará e manterá o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN, que reunirá as informações previstas em lei, além de outros dados que entender necessários, de todas as pessoas cadastradas e qualificadas pelos notários, sejam ou não partes em ato notarial.
- (D) Os dados para a formação e atualização da base nacional do Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN serão fornecidos pelos próprios notários de forma sincronizada e com periodicidade bimestral, no máximo.

15. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao Sistema Eletrônico de Apostilamento – APOSTIL, assinale a alternativa correta.

- (A) O Sistema APOSTIL é disponibilizado, gratuitamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, dotado de infraestrutura tecnológica necessária para a confecção, consulta e aposição de apostila, em documento público brasileiro.
- (B) Serão considerados válidos os apostilamentos realizados fora do Sistema APOSTIL, desde que homologados pelo Ministério da Justiça.
- (C) É facultativo o uso de certificado digital, de acordo com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- (D) Serão considerados inválidos os apostilamentos realizados até o dia 03 de agosto de 2020, fora do sistema APOSTIL, os quais deverão ser refeitos pelo novo sistema.

16. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas na ausência do titular do serviço notarial, os atos de competência do tabelião poderão ser praticados pelos substitutos do tabelionato, vedada a prática de atos, simultaneamente, pelo tabelião e pelos substitutos.
- (B) Dentre outros atos, compete, com exclusividade, aos tabeliões de notas confeccionar, conferir e concertar públicas formas.
- (C) Sendo confeccionada por tabelião de notas, as públicas formas não necessitarão ser conferidas e concertadas por outro tabelião de notas.
- (D) É permitido aos tabeliões de notas a lavratura, sob a forma de instrumento particular, de atos estranhos às suas atribuições previstos na Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas.

17. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), a respeito da atividade notarial, assinale a alternativa correta.

- (A) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes ao ato notarial, mas não é responsabilidade do tabelião de notas a assessoria e orientação das partes, que só podem ser feitas por advogados.
- (B) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, na compra e venda de imóveis, a responsabilidade pela apreciação da prova dominial é do(s) adquirente(s).
- (C) Integra a atividade notarial avaliar a identidade dos comparecentes, mas, nos negócios imobiliários, a respon-

sabilidade pela apreciação da prova dominial é dos advogados das partes.

(D) Integra a atividade notarial avaliar a identidade, capacidade, apresentação e representação legal das partes.

18. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) Cumpre ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal exigir que o tabelião informe, acerca de cada ato lavrado, o pagamento dos impostos devidos em atos notariais e circunstanciar o recolhimento, de conformidade com as leis respectivas, a fim de facilitar a fiscalização dos recolhimentos feitos às fazendas estadual e municipais.

(B) Cumpre ao Poder Judiciário prover ao tabelião fichário de cartões padronizados de autógrafos para fins de reconhecimento de firma.

(C) Cumpre ao tabelião de notas remeter, logo após sua investidura, aos órgãos e serviços públicos delegados, ficha com sua assinatura e sinal público, incumbindo igual obrigação aos seus substitutos.

(D) Na redação de escritura de compra e venda, o tabelião de notas ficará vinculado à minuta eventualmente apresentada pelas partes, não podendo alterá-la nas partes essenciais do negócio jurídico, apenas adaptá-la ao jargão e praxe notariais.

19. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta.

(A) Constitui obrigação do tabelião de notas requerer e/ou realizar, ante repartições públicas em geral e registros públicos, as gestões e diligências convenientes ou necessárias à validade e eficácia dos atos notariais.

(B) É livre às partes, independentemente do seu domicílio ou do lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, a escolha do tabelião de notas de sua confiança.

(C) O tabelião de notas somente poderá exercer suas funções dentro dos limites do território do Estado de Alagoas ou do indicado no ato da delegação das funções.

(D) O tabelião não está obrigado a manter sigilo sobre as confidências dos interessados feitas à margem das manifestações de vontade das partes no negócio jurídico por ele instrumentalizado.

20. Apontado um título para protesto,

(A) ao credor é vedada a desistência do procedimento, sem autorização do devedor.

(B) sempre será possível a desistência do procedimento antes do registro do protesto.

(C) é permitida a desistência do procedimento apenas na hipótese de o devedor não haver recebido a intimação.

(D) é permitida a desistência do procedimento apenas se o vencimento do título tiver ocorrido há menos de trinta dias.

21. De acordo com a Lei nº 9.492/1997, o protesto do cheque

(A) poderá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do apresentante credor.

(B) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do local do pagamento.

(C) poderá ser lavrado no tabelionato do local do pagamento ou do domicílio do emitente, a critério do apresentante credor.

(D) deverá ser lavrado apenas no tabelionato do domicílio do emitente.

22. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), apresentada para protesto uma nota promissória, o tabelião

(A) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, mesmo que seja diferente do existente no título.

(B) ficará obrigado a intimar o devedor por edital, se o endereço declarado pelo apresentante divergir do existente no título.

(C) deverá, para a remessa da intimação, ficar adstrito apenas ao endereço que constar no título.

(D) ficará obrigado, para a remessa da intimação, a adotar o endereço declarado pelo apresentante, apenas se o

protesto for para fins de falência.

23. Assinale a alternativa correta sobre o cancelamento do protesto.

- (A) Não incidem emolumentos, se o devedor for pessoa física.
- (B) Pode ser requerido ao tabelião apenas pelo devedor.
- (C) É permitido mediante a apresentação do documento protestado.
- (D) Somente é permitido por ordem judicial.

24. Assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado o fornecimento, a qualquer pessoa, de cópias de documentos arquivados relativos a protestos não cancelados, exceto se o requerente for o devedor.
- (B) Certidão do livro protocolo somente poderá ser expedida após o registro do protesto.
- (C) Em nenhuma hipótese é permitida a expedição de certidão de protesto cancelado.
- (D) A requerimento de qualquer interessado, o tabelião poderá fornecer certidão individual de protestos não cancelados.

25. Assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de assento de registro civil de nascimento, a falsidade da declaração de pobreza ensejará a responsabilidade civil e criminal das testemunhas que assim declararam.
- (B) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (C) Somente os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
- (D) O estado de pobreza para obtenção de lavratura de assento de óbito será comprovado por declaração assinada por duas testemunhas.

26. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.
- (B) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar outros serviços remunerados, na forma prevista em convênio, em credenciamento ou em matrícula com órgãos públicos e entidades interessadas.
- (C) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e estão autorizados a prestar serviços como correspondentes bancários em localidades onde não haja agência bancária.
- (D) Os ofícios do registro civil das pessoas naturais são considerados ofícios da cidadania e podem prestar serviços como correspondentes bancários, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.

27. Assinale a alternativa correta.

- (A) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, a autoridade policial que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (B) Se a recusa na expedição de certidão do registro civil das pessoas naturais for injusta ou a demora for injustificada, o Juiz de Paz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.
- (C) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

- (D) Se o oficial do registro civil das pessoas naturais recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade policial local, a qual, ouvindo o acusado, decidirá, dentro de cinco (5) dias, sobre a abertura de inquérito policial.

28. Com relação à união estável, é correto afirmar:

- (A) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (B) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro de títulos e documentos da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.
- (C) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram seu primeiro domicílio conjugal.
- (D) O registro dos títulos de declaração de reconhecimento ou de dissolução da união estável será feito no Livro E do registro civil de pessoas naturais da localidade em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência.

29. No caso da conversão da união estável em casamento, ocorrendo o falecimento de um dos companheiros no curso do procedimento de habilitação perante o oficial do registro civil das pessoas naturais, este deverá:

- (A) lavrar o assento de conversão de união estável em casamento, se estiver em termos o pedido.
- (B) arquivar os autos do procedimento.
- (C) encaminhar o procedimento para o Juiz Corregedor da serventia, após manifestação do Ministério Público.
- (D) notificar o companheiro sobrevivente e os herdeiros do falecido.

30. Considerada a orientação normativa emanada da Corregedoria Nacional de Justiça no Provimento nº 37, de 07/07/2014, com as alterações introduzidas pelo Provimento nº 141, de 16/03/2023, no caso de requerimento de conversão da união estável em casamento, havendo suspeitas de falsidade da declaração ou de fraude, o registrador deverá:

- (A) decidir fundamentadamente o pedido e arquivar os autos do procedimento.
- (B) decidir fundamentadamente o pedido e encaminhar os autos do procedimento para o Ministério Público.
- (C) promover suscitação de dúvida dentro do prazo de 15 (quinze) dias da decisão, nos termos dos artigos 198 e 296 da Lei nº 6.015, de 1973, para apreciação pelo Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório.
- (D) encaminhar os autos para a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão que expediu o Provimento.

31. A respeito da retificação administrativa de assentamento, realizada mediante requerimento ao Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que:

- (A) o oficial retificará o registro de ofício, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, no caso de ausência de indicação no assento do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, baseando-se apenas na Declaração de Nascido Vivo – DNV emitida por hospital.
- (B) a retificação deverá ser requerida pelo interessado ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil, com assistência de advogado devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas.
- (C) se a retificação decorrer de erro na transposição dos elementos constantes da Declaração de Nascido Vivo (DNV), os emolumentos devidos pela averbação serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).
- (D) o processo de retificação correrá em uma das varas cíveis da Comarca e, após decisão judicial transitada em julgado, será entregue à parte para ser apresentado no cartório do registro civil onde foi feito o assento objeto da retificação.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) A emancipação voluntária prevista no artigo 5º, parágrafo único, I, do Código Civil brasileiro, ocorre por mera liberalidade dos pais, ou seja, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, podendo ser feita por instrumento público ou particular, com duas testemunhas.

- (B) Se a emancipação concedida pelos pais for feita mediante escritura pública notarial, estará dispensada de registro no cartório do registro civil das pessoas naturais, bastando sua averbação no assento de nascimento do emancipado.
- (C) A emancipação por concessão dos pais será registrada em livro especial do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca, ou no 1º, se houver mais de um, com relação aos menores nela domiciliados, mediante instrumento público notarial, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver 16 anos completos.
- (D) A escritura de emancipação concedida pelos pais deverá ser lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas de cada comarca, em livro especial, em relação aos menores nela domiciliados.

33. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o registro de nascimento de nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros que estão a serviço diplomático de seu país, é correto afirmar:

- (A) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente no registro civil do país de nacionalidade dos pais.
- (B) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “E” do 1º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”
- (C) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço diplomático de seu país no Brasil, deverão ser efetuados somente na representação diplomática do país de nacionalidade dos pais.
- (D) os registros de nascimento de nascidos no território nacional, em que ambos os genitores sejam estrangeiros, e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil, deverão ser efetuados no Livro “A” do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade onde ocorrer o parto, ou da residência da mãe, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: “O registrando possui a nacionalidade brasileira, conforme art. 12, inciso I, alínea “a”, *in fine*, da Constituição Federal.”

34. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação às assinaturas das partes nos assentos do registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas.
- (B) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Nessa hipótese, o oficial de registro civil das pessoas naturais deverá certificar sob sua fé pública que fez a leitura do inteiro teor do assento respectivo para o declarante.
- (C) Se o declarante não puder, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquela, à margem do assento. Assinarão também o ato três testemunhas, além daquela que firma a rogo.
- (D) Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, firmando, a rogo, outra pessoa e colhendo-se a impressão dactiloscópica daquelas, à margem do assento. Assinarão também o ato duas testemunhas, além daquela que firma a rogo.

35. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), sobre o casamento religioso para efeitos civis, assinale a alternativa correta.

- (A) Realizado o casamento perante autoridade religiosa, qualquer interessado poderá, apresentando a respectiva certidão de casamento religioso, solicitar ao oficial do registro civil das pessoas naturais o registro do casamento religioso para efeitos civis, desde que o faça dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da cerimônia religiosa.

- (B) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, não poderá ser registrado perante o oficial do registro civil das pessoas naturais em nenhuma hipótese.
- (C) Os nubentes habilitados previamente para o casamento poderão pedir ao oficial do registro civil das pessoas naturais que lhes forneça a respectiva certidão para se casarem perante autoridade religiosa.
- (D) Realizada a cerimônia religiosa e requerido o registro do casamento religioso para efeitos civis, o oficial do registro civil das pessoas naturais deverá efetuar o registro solicitado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento.

36. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), com relação ao registro de nascimento de crianças geradas por reprodução assistida, considere as seguintes afirmações:

- I. O assento de nascimento de filho havido por técnicas de reprodução assistida será inscrito no Livro A, independentemente de prévia autorização judicial.
- II. Na hipótese de reprodução assistida *post mortem* deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica do falecido ou falecida para uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- III. O oficial de registro civil das pessoas naturais, a seu critério, poderá recusar efetuar o registro de nascimento e emitir a respectiva certidão de filhos havidos por técnica de reprodução assistida.
- IV. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo, devendo ser apresentado termo de compromisso firmado pela doadora temporária do útero, esclarecendo a questão da filiação.

Está(ão) correta(s):

- (A) somente I, II e IV.
- (B) somente I e II.
- (C) somente I.
- (D) somente I e III.

37. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), na escrituração do Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, será lavrado o termo de encerramento, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento.
- (B) quando o Livro de Protocolo for escriturado por sistema informatizado, não serão lavrados o termo de abertura do protocolo na abertura do expediente diário e o termo de encerramento do protocolo ao final do expediente.
- (C) na abertura do expediente diário, deve ser lavrado o termo de abertura do Livro de Protocolo, lançando-se a seguir os títulos protocolizados e as ocorrências relativas aos títulos anteriormente prenotados. No final do expediente, não há necessidade de lavratura de termo de encerramento do protocolo.
- (D) deve ser lavrado, ao final do expediente diário, o termo de encerramento do Livro de Protocolo, no qual será mencionado o número de títulos protocolizados e de ocorrências. O termo de encerramento será lavrado diariamente, ainda que não tenham sido apresentados títulos para apontamento. É dispensável lavrar-se termo diário de abertura do Protocolo.

38. Dentre as obrigações atribuídas ao oficial de registro de imóveis no registro da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras, assinale a alternativa correta.

- (A) Trimestralmente, o oficial remeterá à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (B) Mensalmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.
- (C) Trimestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao órgão competente do Poder Executivo Federal relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados

estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

- (D) Semestralmente, o oficial remeterá à Corregedoria Geral de Justiça do Estado e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados estabelecidos em lei. Caso não haja aquisições no período considerado, fica dispensada a realização de comunicação.

39. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento de lançamento dos títulos no Livro nº 1 – Protocolo, o oficial de registro de imóveis deverá observar o seguinte:

- (A) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo, quando se tratar de interesse da Fazenda Pública.
- (B) para o apontamento de títulos não haverá atendimento prioritário, assegurado ao beneficiário a pronta informação quanto aos procedimentos adotados na serventia.
- (C) será prestado atendimento prioritário na prenotação de títulos às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, com o imediato lançamento do título no Livro nº 1 – Protocolo.
- (D) a ordem judicial, quando apresentada por oficial de justiça, terá recepção prioritária e lançamento imediato no Livro nº 1 – Protocolo.

40. Sobre o Código Nacional de Matrícula – CNM, é correto afirmar:

- (A) o Código Nacional de Matrícula (CNM) poderá ser reutilizado quando se referir a matrícula cancelada ou anulada, e essa circunstância constará nas informações do Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), em campo próprio.
- (B) o Programa Gerador e Validador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM) é disponibilizado gratuitamente pela Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) para ser consultado por qualquer pessoa, sem custos e independentemente de requisição ou cadastramento prévio, para verificação da validade e autenticidade dos Códigos Nacionais de Matrícula e da situação atual da matrícula.
- (C) o Código Nacional de Matrícula – CNM corresponderá a uma numeração única para as matrículas do registro de imóveis, em âmbito nacional.
- (D) os oficiais de registro de imóveis, no prazo máximo de 1 (um) ano, contado do início do funcionamento do Programa Gerador e Verificador do Código Nacional de Matrícula (PGV-CNM), deverão averbar a renumeração em todas as matrículas existentes com o número do Código Nacional de Matrícula – CNM, ato pelo qual serão devidos emolumentos.

41. De acordo com a Lei de Registros Públicos, com relação à vigência da prenotação de títulos em geral no Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (B) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (C) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias úteis da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- (D) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 20 (vinte) dias corridos da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

42. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no procedimento para registro de sociedade simples, tanto na sua forma típica quanto adotando-se uma das formas das sociedades empresárias, as firmas dos sócios no contrato social respectivo somente serão aceitas se:

- (A) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por semelhança.
- (B) estiverem reconhecidas em tabelião de notas por autenticidade.
- (C) o contrato estiver visado por advogado, hipótese em que se dispensa o reconhecimento das firmas dos sócios por

tabelião de notas.

(D) estiverem assinadas, dispensado o reconhecimento de firmas em tabelião de notas.

43. Para aquisição de personalidade jurídica, o partido político deverá registrar seu estatuto

(A) no Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

(B) nos anais do Congresso Nacional.

(C) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

(D) no registro civil de pessoas jurídicas.

44. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), assinale a alternativa correta quanto à notificação extrajudicial feita pelo oficial do registro de títulos e documentos.

(A) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(B) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(C) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 02 (duas), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

(D) A primeira diligência de notificação realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias, e as demais, na hipótese de não localização do destinatário no endereço indicado pelo requerente, em número não inferior a 03 (três), efetuar-se-ão, preferencialmente, em dias e horários diferentes.

45. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas (CNNR-CGJ/AL), no caso de transferência de sede da pessoa jurídica para outra comarca ou para a Junta Comercial do Estado de Alagoas, será observada a seguinte sequência de atos:

(A) as inscrições dos atos no registro civil das pessoas jurídicas da comarca de origem e no da nova sede ou na Junta Comercial do Estado podem ser feitas simultaneamente.

(B) promover-se-á a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, facultativamente, a averbação de transferência na comarca de origem.

(C) promover-se-á, primeiramente, a averbação de transferência na comarca de origem e, posteriormente, a inscrição dos atos no registro civil de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial.

(D) promover-se-á, primeiramente, a inscrição dos atos no registro de pessoas jurídicas da nova sede ou na Junta Comercial do Estado e, posteriormente, a averbação de transferência na comarca de origem.

DIREITO CIVIL

46. O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que

(A) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.

(B) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.

(C) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

(D) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

47. Na representação, na falta de autorização legal ou do representado, o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo é:
- (A) inexistente.
 - (B) anulável.
 - (C) válido.
 - (D) nulo.
48. Com relação à mora, assinale a alternativa correta.
- (A) A purgação da mora pode ser efetuada por terceiro.
 - (B) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora a partir de sua citação em ação judicial.
 - (C) Não há o instituto da mora do credor.
 - (D) Mesmo havendo dia certo para vencimento da obrigação de dívida líquida, a configuração da mora depende da notificação do devedor.
49. Quanto aos vícios redibitórios previstos no Código Civil, é correto afirmar que
- (A) têm aplicação, por exceção, aos vícios surgidos posteriormente à tradição da coisa.
 - (B) se o alienante conhecia o vício da coisa, tão somente restituirá o valor recebido.
 - (C) o vício deve ser aparente e conhecido.
 - (D) ocorre sua aplicação nas doações onerosas.
50. O empréstimo gratuito de uma específica garrafa de vinho fechada para decoração de uma festa de casamento, pactuada sua devolução intacta após a comemoração, é:
- (A) contrato de mútuo.
 - (B) contrato de depósito irregular.
 - (C) contrato de comodato.
 - (D) contrato de locação.
51. Salvo pactuado diversamente pelas partes, o pagamento das despesas com a realização de escritura pública de compra e venda de bem imóvel
- (A) caberá ao comprador.
 - (B) será deduzido do preço da compra e venda.
 - (C) caberá ao vendedor.
 - (D) será dividido de forma igualitária entre comprador e vendedor.
52. A situação do locatário que paga aluguel e, notificado pelo locador à devolução do imóvel em trinta dias, não o restitui nesse prazo, permanecendo no imóvel sem a prática de qualquer ato, encerra
- (A) posse precária.
 - (B) intersessão da posse.
 - (C) posse violenta.
 - (D) posse clandestina.
53. Havendo três unidades sobrepostas (construção-base, primeira laje e segunda laje), a cessão da superfície de sua construção pelo titular do direito real de segunda laje para instituição de um sucessivo direito de laje
- (A) necessita somente de autorização expressa do titular da primeira laje.

- (B) necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
 - (C) necessita somente de autorização expressa do titular da construção-base.
 - (D) não necessita de autorização expressa dos titulares da construção-base e da primeira laje.
54. Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de
- (A) duas testemunhas.
 - (B) cinco testemunhas.
 - (C) quatro testemunhas.
 - (D) seis testemunhas.
55. Sobre a interpretação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que lhe deve ser atribuído o sentido que
- (A) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
 - (B) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
 - (C) estabelecer que os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.
 - (D) corresponder àquela que seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas exclusivamente as informações disponíveis no momento de seu descumprimento.
56. “A”, solteiro, faleceu sem deixar filhos, deixando o irmão “B”, sendo que seus pais faleceram antes de “A”. Na linha ascendente, “A” deixou os avós maternos e a avó paterna. Nesse caso,
- (A) os avós maternos, a avó paterna e o irmão “B” recebem cada um a quarta parte da herança.
 - (B) os avós maternos recebem metade da herança e outra metade caberá à avó paterna.
 - (C) a herança caberá integralmente ao irmão “B”.
 - (D) os avós maternos e a avó paterna recebem cada um a terça parte da herança.
57. Ocorrendo dação em pagamento e extinção da obrigação principal que era garantida por fiança, na hipótese de subsequente perda do bem dado pelo devedor por força de evicção,
- (A) há extinção e posterior restabelecimento do contrato de fiança.
 - (B) o contrato de fiança permanece somente se houver sido convencionado o afastamento do benefício de ordem.
 - (C) há extinção do contrato de fiança.
 - (D) não há extinção do contrato de fiança.
58. A cessão de crédito constitui uma das formas de transmissão das obrigações. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que
- (A) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de sua notificação.
 - (B) o devedor pode opor ao cedente todas as exceções que lhe competirem, mas ao cessionário pode opor apenas aquelas que veio a ter conhecimento depois da cessão.
 - (C) a cláusula proibitiva da cessão poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se constar do instrumento da obrigação.
 - (D) os acessórios de um crédito, como regra, não estão abrangidos pela cessão de crédito.
59. Assinale a alternativa correta sobre a cláusula penal.
- (A) No caso de obrigação divisível, só incorre na pena o devedor ou o herdeiro do devedor que a infringir, e proporcionalmente à sua parte na obrigação.
 - (B) Quando a cláusula penal for estipulada para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula de-

terminada, poderá o devedor escolher a satisfação da pena cominada ou o desempenho da obrigação principal.

- (C) Todos os devedores incorrerão na pena, que poderá ser demandada integralmente de um deles, independentemente de culpa, por se tratar de obrigação solidária.
- (D) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação deve referir-se somente à inexecução completa da obrigação.

60. São pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) as sociedades limitadas, exceto aquelas constituídas por apenas uma pessoa.
- (B) os partidos políticos.
- (C) os empresários individuais.
- (D) as sociedades em comum.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio

- (A) da ampla defesa.
- (B) do devido processo legal.
- (C) da boa-fé processual.
- (D) da cooperação.

62. De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- (A) reconhecer a existência da perempção.
- (B) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (C) reconhecer a existência de coisa julgada.
- (D) homologar a desistência da ação.

63. A petição inicial, na fase de conhecimento, é o primeiro ato de postulação das partes, tendo influência na prolação da sentença ao final da lide pelo magistrado, observado o princípio da congruência. Caso a petição inicial não preencha os requisitos legais, deve o juiz determinar que o autor a complete, ou a emende, sob pena de indeferimento, no prazo de

- (A) 48 horas.
- (B) 5 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 10 dias.

64. A respeito da matéria de competência absoluta no âmbito do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- (B) Pode ser alterada pela vontade das partes.
- (C) Pode ser modificada por conexão ou continência.
- (D) Deve ser arguida por meio de exceção de incompetência.

DIREITO PENAL

65. A respeito da prescrição retroativa, que decorre da pena aplicada em concreto na sentença, é correto afirmar que

- (A) pode ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

- (B) extingue a pretensão punitiva do Estado.
- (C) extingue a pretensão executória do Estado.
- (D) pode ser decretada ainda que o órgão acusatório interponha recurso de apelação objetivando o aumento da pena.

66. Ocorre crime continuado quando

- (A) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (B) a consumação de um crime prolonga-se no tempo.
- (C) o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- (D) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, em condições de tempo, lugar, maneira e modo de execução semelhantes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

67. A respeito da confissão, enquanto meio de prova no processo penal, é correto afirmar:

- (A) tem valor absoluto, já que a admissão dos fatos pelo acusado tem o efeito de afastar qualquer prova que tenha sido produzida em sentido contrário.
- (B) é retratável e divisível.
- (C) o silêncio do acusado, conquanto não importe em confissão, pode constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- (D) é qualificada quando feita pelo advogado em alegações finais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. A respeito do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é correto afirmar:

- (A) o Supremo Tribunal Federal fixou tese (Tema 1124), posteriormente cancelada, em que reafirmava jurisprudência sedimentada, estabelecendo que o ITBI só é devido quando da transferência de propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro em cartório.
- (B) em caso de transmissão não onerosa, ele ocorre na data da assinatura de doação.
- (C) segundo o Código Tributário Nacional, incide no momento do desembolso dos valores devidos na transação, mas excetuam-se vendas a prazo, quando ocorre no momento do pagamento da primeira parcela.
- (D) no caso de arrematação em hasta pública em razão de processo judicial de execução, ocorre no momento da distribuição do feito.

69. Da jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, é possível concluir que

- (A) o ICMS incide sobre operações que envolvam *software* sob encomenda.
- (B) o ICMS e o ISS podem incidir sobre operações que envolvam *softwares*, sendo possível descontar o valor da base de cálculo do ICMS devido da base de cálculo do ISS.
- (C) o ISS pode incidir sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.
- (D) o ICMS incide sobre operações que envolvam o *download* de *softwares*.

70. Sobre o tema de repercussão geral em que se discutia a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, o STF

- (A) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela excluído o valor de ICMS efetivamente recolhido.
- (B) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecendo que deve ser dela ex-

cluído o valor de ICMS destacado na nota final.

(C) decidiu que não é inconstitucional a inclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

(D) reputou a questão como infraconstitucional.

71. A respeito da coisa julgada em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

(A) As decisões proferidas em ação direta, em sede de repercussão geral ou em controle incidental interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade e a anterioridade anual, conforme a natureza do tributo.

(B) o STF não admitiu o tema sobre a eventual interrupção dos efeitos temporais das decisões transitadas em julgado em matéria tributária, por reputá-lo questão infraconstitucional.

(C) As decisões do STF em sede de repercussão geral não impactam automaticamente a coisa julgada que tenha se formado, mesmo nas relações jurídicas de trato sucessivo.

(D) As decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado, nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.

72. Com relação à responsabilidade tributária de sócio na dissolução irregular de empresa, segundo o entendimento do STJ fixado em teses no âmbito de recursos repetitivos,

(A) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador.

(B) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, desde que, concomitantemente, tenha exercido poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador e na data da dissolução irregular deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.

(C) a mera dissolução irregular não pode gerar presunção relativa de responsabilidade do sócio com poderes de administração.

(D) o redirecionamento da execução fiscal, fundado em dissolução irregular, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que ocorrido o fato gerador, ainda que não tenha agido com excesso de poderes ou infringido a lei na data deste, mesmo que tenha se retirado antes de configurada a dissolução irregular.

73. Quanto à matéria constante da confissão de dívida em parcelamento tributário, é correto afirmar que, segundo o Superior Tribunal de Justiça,

(A) não há relação entre a confissão de dívida em parcelamento tributário com a possibilidade de questionamento da obrigação tributária.

(B) a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos, e a matéria de fato pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico.

(C) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária quanto aos seus aspectos jurídicos, mas os aspectos fáticos são passíveis de questionamento.

(D) a confissão de dívida inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, seja quanto aos aspectos jurídicos ou fáticos, ressalvados os casos de culpa da Administração.

DIREITO EMPRESARIAL

74. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, sendo correto afirmar que

(A) é possível estabelecer que alguns sócios não participem dos lucros, mas apenas das perdas.

(B) a única hipótese de não estabelecer o objeto social será na constituição de sociedade anônima.

(C) deverá mencionar, dentre outros, necessariamente, objeto, sede e prazo de duração da sociedade.

(D) é possível não especificar o objeto no contrato social, desde que conste ser atividade lucrativa e nele esteja ex-

pressamente vedada a existência de prejuízo.

75. É característica da sociedade cooperativa:

- (A) direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, na hipótese de a sociedade não ter capital e, caso o tenha, o direito de voto observará sua participação no capital social.
- (B) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- (C) possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros, estranhos à sociedade.
- (D) concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo de dez administradores.

76. “A”, empresário individual, casado, pretende alienar o imóvel de sua propriedade em que está a loja com que exerce seu comércio de artigos eletrônicos.

- (A) Pode-se afirmar, corretamente, à luz do Código Civil, que
- (B) ele está dispensado da outorga conjugal, se o valor do imóvel for de até cinco mil salários-mínimos.
- (C) ele poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar o imóvel, desde que o bem integre o patrimônio da empresa.
- (D) ele precisa de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.

77. ele está dispensado da outorga conjugal por ser pessoa jurídica.

Assinale a alternativa correta acerca da administração da sociedade limitada.

- (A) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
- (B) A renúncia de administrador torna-se eficaz em relação à sociedade após a averbação e publicação respectivas.
- (C) A administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- (D) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração; se o termo não for assinado nos sessenta dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.

78. Assinale a alternativa correta acerca das sociedades anônimas.

- (A) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são ilimitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem pagar aos credores o valor do prejuízo causado, com direito de regresso contra os diretores.
- (B) Os acionistas controladores sempre têm responsabilidade integral, e os demais acionistas, porque impossível sua identificação, não têm qualquer responsabilidade pelo passivo social.
- (C) São formadas por acionistas que subscrevem o capital social, e suas responsabilidades são limitadas, porém, em caso de insolvência da companhia, devem os acionistas controladores pagar aos credores o valor de cotação da ação em bolsa.
- (D) Terão o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

79. “A” e “B” resolvem constituir uma sociedade apenas e tão somente para promover a realização de um único empreendimento imobiliário na sua cidade, a acontecer no mês de dezembro vindouro.

- (A) A respeito desse projeto, é correto afirmar que
- (B) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em comum.
- (C) para esse tipo de negócio, só é possível a constituição de uma sociedade em nome coletivo.
- (D) não é possível, pois o prazo de duração mínimo de uma sociedade empresária é de três anos.
- (E) nada obsta, pois uma sociedade empresária pode ter como objeto a realização de um negócio determinado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 80.** Sobre o princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar:
- (A) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.
 - (B) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.
 - (C) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
 - (D) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.
- 81.** A respeito do caráter vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Súmulas Vinculantes também obrigam a Administração Pública.
 - (B) Súmulas (não vinculantes) de Tribunais Superiores não são de observação obrigatória pelos Tribunais de Segunda Instância e magistrados de primeiro grau.
 - (C) Decisões de mérito em ADI vinculam o Poder Judiciário, mas a Administração Pública só está vinculada se for parte na demanda.
 - (D) Decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade vinculam a Administração Pública.
- 82.** Com relação à modulação dos efeitos de decisão proferida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:
- (A) o Tribunal nunca distingue ações futuras de ações já propostas quando da modulação de efeitos.
 - (B) quando há alteração de jurisprudência sedimentada no Tribunal, é obrigatória a modulação dos efeitos.
 - (C) no caso de questões tributárias, ainda que modulados os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, a procedência da ação de repetição de indébito futura é garantida.
 - (D) o Tribunal já decidiu que os efeitos de algumas decisões seriam produzidos apenas a partir de momento futuro, como, por exemplo, o início do exercício seguinte.
- 83.** Segundo o texto da Constituição Federal,
- (A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um e meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) não será objeto de deliberação e proposta de emenda tendente a abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais.
 - (C) A iniciativa das emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
 - (D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, e a emenda havida por prejudicada somente poderá ser novamente proposta por mais uma vez, na mesma sessão legislativa.
- 84.** Segundo o texto da Constituição Federal, é vedada a edição de medidas provisórias
- (A) já disciplinada em projeto de lei rejeitado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
 - (B) que visem à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
 - (C) sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, carreira e à garantia de seus Membros.
 - (D) sobre matéria relativa a direito penal, processual penal, civil e processual civil.

85. Segundo o texto da Constituição Federal,

- (A) entre os legitimados para propor a revisão ou cancelamento de súmula vinculante estão os Governadores e os Presidentes das Assembleias Legislativas dos Estados.
- (B) o Presidente da República e os governadores dos Estados e do Distrito Federal deverão ser previamente ouvidos nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- (C) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) entre as matérias de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal incluem-se a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões e os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

86. Nas disposições relativas à política urbana, a Constituição Federal

- (A) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização com títulos da dívida pública.
- (B) obriga o Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de sanções previstas sucessivamente em seu texto.
- (C) prevê a aquisição de domínio de área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados por aquele que a possuir como sua, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em lei federal.

87. Segundo o texto da Constituição Federal, é facultado

- (A) ao Estado assegurar ao jovem o direito ao lazer, à profissionalização e à cultura, entre outras prerrogativas.
- (B) ao Estado fomentar práticas desportivas formais e informais, como direito de cada um.
- (C) ao Estado garantir a saúde também por meio de políticas econômicas que visem à redução de risco de doenças.
- (D) aos Estados e ao Distrito Federal vincular fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.

88. Segundo a Constituição Federal,

- (A) é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes em compartilhamento com a União.
- (C) são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus costumes e tradições, desde que previstos em lei.
- (D) os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, sem intervenção do Ministério Público nos atos do processo.

89. Segundo o texto da Constituição Federal, é garantido(a)

- (A) a criação de associações e a de cooperativas, que independem de autorização, permitida a interferência estatal nos termos da lei.
- (B) a livre manifestação do pensamento, autorizado o anonimato, se houver previsão expressa em lei.
- (C) aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

- (D) a plena liberdade de associação para fins lícitos, autorizada a de caráter paramilitar nos termos da lei e pelo tempo que esta fixar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

90. Sobre a intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário de bem tombado tem a obrigação legal de conservá-lo e preservá-lo ou, na ausência de meios, colocá-lo à venda por valor correspondente a, no máximo, 80% de seu valor venal.
- (B) Segundo a Constituição Federal, incluem-se, entre os meios ou formas de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento e a desapropriação.
- (C) O tombamento voluntário requerido pelo proprietário dispensa a oitiva de órgão técnico para que se determine a inscrição no livro do Tombo e a transcrição no Registro de Imóveis.
- (D) A servidão ou limitação administrativa que impede imóveis vizinhos ao imóvel tombado de efetivar construção que lhe impeça ou restrinja a visibilidade depende de transcrição no Registro de Imóveis.

91. Assinale a alternativa correta.

- (A) Investidura é o ato que investe o servidor público no cargo ou emprego, mas não em função, não abrangendo a posse, mas o exercício.
- (B) A condenação na esfera penal não repercute na esfera administrativa.
- (C) Atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração pode escolher ou decidir no caso concreto segundo critérios de conveniência e oportunidade.
- (D) Órgãos públicos são unidades que agregam atribuições exercidas pelos agentes públicos integrantes, objetivando expressar a vontade do Estado.

92. Sobre o processo administrativo brasileiro, é correto afirmar:

- (A) É possível a exigência de depósito para a interposição de recurso.
- (B) Instaura-se de ofício ou mediante pedido e o seu resultado pode ser contestado pelo cidadão interessado perante o Poder Judiciário.
- (C) Não pode ser instaurado de ofício em razão do princípio da inércia.
- (D) A regra é que incidam custas processuais, mas é garantida a gratuidade às pessoas que sejam hipossuficientes, não havendo, todavia, sucumbência em honorários advocatícios.

93. Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) se incluem entre as suas causas excludentes a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- (B) a doutrina administrativista não diverge sobre a responsabilidade por omissão, afirmando ser esta sempre subjetiva.
- (C) a reparação do dano exige a propositura de ação judicial contra a pessoa jurídica de Direito Público, resguardado o direito de regresso contra o agente causador do dano
- (D) prescreve em três anos a ação de indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos.

94. Sobre controle dos atos administrativos, é correto afirmar que é

- (A) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade dos atos, mas não o seu mérito, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (B) efetivado pelo Poder Judiciário sobre os atos da Administração, ao fiscalizar e corrigir a sua atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (C) o poder da Administração de fiscalizar e corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos, e pode se dar por iniciativa própria ou por provocação.
- (D) o poder da Administração de corrigir sua própria atuação, abrangendo a legalidade e o mérito dos atos e ocorrerá somente por provocação.

- 95.** Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) a vigente legislação não exige dolo para configuração do ato de improbidade administrativa.
 - (B) a atual legislação prevê que, na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção das suas atividades.
 - (C) segundo o Supremo Tribunal Federal, a revogação da modalidade culposa tem eficácia durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
 - (D) segundo o Supremo Tribunal Federal, o novo regime prescricional previsto na lei que dispõe sobre improbidade administrativa é retroativo, aplicando-se os novos marcos temporais com efeito *ex tunc*.
- 96.** De acordo com a Lei nº 8.666/1993, entre os objetivos da licitação está
- (A) incentivar a inovação tecnológica.
 - (B) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
 - (C) promover o desenvolvimento regional sustentável.
 - (D) promover o empreendedorismo.
- 97.** Segundo o artigo 37, § 4º da Constituição Federal, a prática de ato de improbidade administrativa acarreta
- (A) a impossibilidade de prestar concurso público.
 - (B) a suspensão da função pública.
 - (C) o ressarcimento ao erário.
 - (D) a perda dos direitos políticos.
- 98.** De acordo com o Provimento nº 77/2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta sobre a designação de responsável interino pelo expediente.
- (A) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente pode recair sobre parente em linha colateral até o terceiro grau, mas não pode sobre parente em linha reta até o terceiro grau.
 - (B) A designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre pessoa condenada em decisão, com trânsito em julgado ou proferida por órgão colegiado, apenas na hipótese de crime contra a administração pública.
 - (C) Declarada a vacância da serventia extrajudicial, a Corregedoria Nacional de Justiça designará o substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente.
 - (D) A designação deverá recair no substituto mais antigo que exerça a substituição no momento da declaração da vacância.
- 99.** A Lei nº 8.935/1994 prevê as hipóteses de infrações disciplinares e penalidades aos titulares dos serviços notariais e de registro. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) A perda de delegação decorre somente de sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) A pena de suspensão cabe em caso de reincidência ou de infração que não configure caso mais grave. ***QF***
 - (C) As penas disciplinares previstas são advertência, multa, suspensão e perda de delegação.
 - (D) A conduta atentatória às instituições notariais e de registro constitui infração disciplinar.

CONHECIMENTOS GERAIS

- 100.** A música “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, inscreve-se no movimento
- (A) Dadaísta.
 - (B) Tropicalista.
 - (C) Surrealista.
 - (D) Pós-moderno.